ANCEP NOTÍCIAS

O jornal diário dos ancepianos.
28 de maio- 8h30

ENCONTRO REGIONAL SUDESTE MOSTRA O SISTEMA DE VOLTA AO CRESCIMENTO

O Encontro Regional Sudeste (foto) promovido ontem pela Abrapp no Rio e do qual participaram perto de 300 dirigentes e profissionais de entidades, teve como saldo principal o claro reforço do sentimento que se vai generalizando de que a vertente fechada da previdência complementar retoma seu crescimento. A crença nessa retomada, apontou o Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins, apoia-se principalmente no sentimento, fruto das conversas que vêm tendo, de que o sistema voltou a ser prioridade para o Governo, e também no lançamento de planos em novos e inovadores formatos, resultado do Plano Setorial da Abrapp e outros cuja maior característica é a flexibilidade, caso do "PrevSonho".

Luís Ricardo citou como um dos exemplos desse novo clima que se instalou no sistema a notícia estampada por um jornal na semana passada de que a equipe econômica estuda a adoção da "adesão automática", um mecanismo fortemente defendido pela Abrapp e que soma quase uma dezena de bem sucedidas experiências no Mundo. No seu entendimento, esse novo ar que se respira ganhará ainda mais força se a esperada fusão Previc-Susep resultar em um organismo capaz de induzir ao lançamento de produtos focados no longo prazo. "Melhor ainda se for um órgão de Estado", observa o Presidente da Ancep, Roque Muniz de Andrade, presente ao evento e ecoando uma tese que é da Abrapp e de nossa Associação.

Mas há, é claro, desafios a serem vencidos: Devanir Silva, Superintendente Geral da Abrapp, notou que as perspectivas positivas não devem fazer esquecer, por exemplo, dos problemas criados pelo Artigo 40, parágrafo 15 da PEC da reforma da Previdência, que requer a realização de uma licitação para fins da contratação de entidade aberta ou fechada para a gestão de planos complementares de servidores. A maior dificuldade, apontou Devanir, é que as nossas entidades não poderiam concorrer, uma vez que estão impedidas de oferecer taxas de administração que coloquem sob risco o equilíbrio nos custos. Já o professor Hélio Zylberstajn, da FIPE/USP, apresentou a proposta de Reforma da Previdência produzida pela FIPE-USP a e poiada pela Abrapp, tendo exposto as maiores diferenças entre o que defende a FIPE e a PEC.

e-Financeira: seminário responde a todas as perguntas e será levado no dia 3 ao Rio de Janeiro

Tendo iniciado por Fortaleza e Curitiba , a série de seminários "e-Financeira – Módulo de Previdência Privada" foi levada ontem a Recife e será apresentada agora no Rio de Janeiro (3/6), Florianópolis (7/6), São Paulo (17/6), Belo Horizonte (1/7), Brasília (5/7) e Salvador (12/7).

O sucesso vem sendo sempre o mesmo, impulsionado pelo total esclarecimento de dúvidas, o que atrai a participação do público. Ninguém fica sem resposta, seja pela qualidade das exposições ou pela presença de representantes da Receita Federal.

Apresentado por Edgar Grassi (Diretor de Administração e Seguridade da CBS Previdência), o evento em cada uma de suas edições está discutindo, analisando e assim, propiciando uma ampla compreensão acerca dos procedimentos para entrega do novo módulo da e-Financeira, em especial o Manual de Preenchimento Versão 1.2.2: Publicado no DOU de 03/05/2019 o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 17, de 30/04/2019.

Cresce na Câmara o apoio à reforma da Previdência

Os mais novos números sobre o apoio que a PEC da reforma da Previdência desperta no Congresso mostram, segundo o **Valor Econômico**, que a Câmara dos Deputados tem hoje 220 parlamentares inclinados a votar pela aprovação de uma reforma moderada da Previdência. Isso equivale a 71,4% dos 308 votos necessários para aprovação no plenário. Nesse grupo, 103 deputados são francamente favoráveis ao texto enviado à Casa pelo presidente Jair Bolsonaro. Outros 117 manifestam apoio parcial à proposta (defendem grande parte da redação, mas têm restrições a alguns aspectos).

Quando o assunto é reforma da Previdência, o grupo mais numerosos de deputados é o dos indefinidos, com 148 nomes. Trata-se, porém, um contingente declinante. Em meados de março eram 222. Já os deputados francamente contrários à reforma somam 145 votos hoje, patamar idêntico ao de dois meses e meio atrás.

Pesquisas nem sempre inspiram grandes certezas, mas vamos registrar aqui o levantamento feito pela consultoria Atlas Político e objeto de nota publicada em coluna do jornal **O Estado de S. Paulo**, dando conta que 45,5% dos entrevistados reconhecem a necessidade da reforma da Previdência. Foram entrevistadas 2 mil pessoas online, via convites randomizados, com percentual de confiança de 95% e margem de erro de 2%.

Lei de proteção de dados: fundos de pensão atentos a votação importante no dia 3

Para a advogada Ana Paula Oriola De Raeffray, do escritório Raeffray Brugioni Advogados, a nova lei de proteção de dados afetará os fundos de pensão, que naturalmente mantém grandes arquivos de dados pessoais de participantes. “A partir da nova lei, além dos relatórios financeiros as instituições vão ter que aprovar também os relatórios de segurança de dados”, diz Ana Paula. “Serão relatórios complexos e nem todas as fundações estão preparadas para isso”. Ana Paula adianta que pela nova lei, diferentemente do que ocorre hoje, o ônus da prova deixa de ser do reclamante e passa a ser da entidade. “Será usado o Código de Defesa do Consumidor”, explica, informa o site da revista **Investidor Institucional**.

Em 3 de junho, próxima segunda-feira, quando deve ser votada a Medida Provisória n° 869/18, que dispõe sobre a nova lei de proteção de dados pessoais. Com a aprovação da MP até essa data, instituições e empresas terão até fevereiro de 2020 para se adequar à nova legislação.

CFC aponta problemas no e-Social e pede mudanças

“Os profissionais contábeis e as empresas de softwares da área estão vivendo um problema sério com a implantação do eSocial. Somos favoráveis ao eSocial, mas não é possível conviver com os problemas que o sistema tem apresentado”, afirmou o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, nesta segunda-feira (27), na sede do CFC, em Brasília-DF, durante reunião realizada para discutir melhorias na implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O presidente do CFC iniciou a reunião informando que esta oportunidade foi fruto de um encontro prévio com a RFB, ocorrido no dia 16 de maio, no CFC. Na ocasião, o CFC apresentou, a Altemir Linhares de Melo, uma série de reivindicações de mudanças na implantação do eSocial. “Há a necessidade urgente de melhorias nos sistemas receptores dos arquivos na RFB e no Serpro, de simplificação e unificação de eventos, de desativação de obrigações acessórias, como Rais, Caged, Manad e outras”, citou Zulmir Breda, como exemplos das propostas expostas ao representante da Receita Federal.

Inicialmente, a vice-presidente Lucélia Lecheta fez uma apresentação sobre as dificuldades que as organizações contábeis vêm enfrentando para atender às exigências do eSocial. “A primeira coisa que é preciso deixar claro, é que ninguém aqui é contra o eSocial”, iniciou Lucélia, passando então a relatar as dificuldades encontradas pelas organizações contábeis e destacando a falta de estrutura do sistema e-Social para recepcionar, com segurança e rapidez, as informações enviadas pelas empresas.

A conselheira Ângela Dantas, que também é responsável por organização contábil, reforçou que os escritórios vivem em clima de insegurança, porque os dados são enviados à plataforma do eSocial e não há comprovação se as informações, efetivamente, foram recepcionadas pelo Sistema. “Às vezes, recebemos o recibo do envio três dias depois”, disse ela, acrescentando: “Da forma como está, não está funcionando”.

Posteriormente, o coordenador do Grupo de Trabalho do Sped do CFC, Paulo Roberto Silva, fez um relato sobre as propostas que o GT já enviou à RFB. “Fizemos um levantamento e chegamos a mais de 250 itens problemáticos, os quais foram compilados e resultaram em 80 propostas, encaminhadas à Receita Federal, com a finalidade de deixar o eSocial menos pesado e com execução mais fácil”, afirmou ele. (**CFC-Ancep**)